



São Paulo, 03 de julho de 2020

À Direção da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP

**Referência:** Consulta Pública nº 05/2020: Determinação do Custo Médio Ponderado de Capital para a 3ª Revisão Tarifária Ordinária da SABESP.

Prezados senhor@s,

Da análise que fizemos da metodologia do custo de capital e sobretudo considerando as modificações que a mesma sofreu desde a sua inauguração na primeira revisão, chegamos à conclusão de que é muito pouco o que temos que agregar a título de contribuição para essa metodologia, porque simplesmente não há como remendar o que entendemos ser uma amontoado de suposições travestidas de análise econômica, que em nada atende aos interesses da população. Pretendemos tão somente explicar suas incoerências para que fique claro aos leigos quais os seus problemas e a que interesses atende; e lançar algumas perguntas e solicitações para abrir caminho para uma reformulação mais abrangente, que tenha à frente uma agência que se preste a realizar a mediação entre população e a prestadora de serviços.

É importante então recordar o histórico da empresa em análise, no mínimo para que fiquem como pressupostos de nossa análise e do nosso ponto de vista, que pretende ser o da população. A Sabesp é uma empresa que surgiu no contexto da ditadura militar, tal como várias outras empresas estaduais, com intenção de centralizar políticas, não obstante seu caráter nacionalista e forte empenho na realização de grandes obras e por conseguinte de altos endividamentos. Esse modelo poderia ter sido e ser menos agressivo e autoritário caso seu caráter de empresa mista tivesse se concretizado com a participação acionária dos municípios que concediam os serviços aos estados, dividindo assim o poder e a gestão sobre de serviços de interesse local.

Já no tardio movimento neoliberal brasileiro da década de 1990 vimos a Sabesp seguir caminho de outras empresas de infraestrutura de serviços públicos e passar pelo processo de sucateamento forçado para dar impressão de incompetência de gestão pública e logo em seguida ser recuperada pela própria gestão pública com intenção de torná-la atraente para o mercado de capitais. A venda da Sabesp no mercado de ações brasileiro e americano se deu aos moldes do espetáculo de empresas que fazem IPOs, no entanto às avessas, por ser a própria empresa que vendia as ações de propriedade do governo do estado de São Paulo e não para reinvestimento nos serviços, na própria empresa. Esse primeiro evento importa para que se ressalte o fato de que o discurso de que há carência de recursos no setor é um tanto vazio e nesse caso mentiroso, pois percebe-se aqui que a empresa possuía e ainda possui enorme valor e capacidade de geração de receita, apesar dos enormes investimentos que dizia e diz não ter capacidade de realizar.

Podemos dizer então que a Sabesp fez e faz parte de um processo de acumulação primitiva de um período neocolonial, em que fomos e temos sido expropriados, com a alienação de infraestrutura pública de serviço coletivo essencial construída a custo de muitas tarifas pagas. Essa drenagem de riquezas se torna um contínuo com a incorporação das doutrinas neoliberais e as novas e rasas práticas de administração pública, que basicamente desviaram a finalidade original da empresa. O objetivo final de melhoria da qualidade de vida da população por meio dos serviços de saneamento desaparece e dá lugar ao mantra da rentabilidade do ativo, de forma que por meio dos serviços de água e esgoto se busca a geração de lucros a serem distribuídos para seus novos sócios. Assim, de uma empresa composta por um quadro de sanitaristas que genuinamente se preocupava com a redução da mortalidade infantil e com o saneamento ambiental, restou somente a foto da criança saudável bebendo água nas apresentações da Sabesp, ao lado dos valores bilionários de receitas e distribuição de lucros. Esse breve resumo não denota saudosismo anacrônico, mas tão somente a convicção de que poderíamos ter tomado decisões diferentes e estarmos numa situação mais confortável da qual nos orgulhássemos. Além do que a história não se encerra aqui, mas segue em meio ao embate entre os interesses alheios ao da população e a resistência desta, de forma que não podemos menosprezar que o agenciamento do trabalho sujo deste momento está sobretudo personificado nos aparelhos tecnocráticos montados para supervisão de toda essa ordem.

Nesse contexto, a metodologia de cálculo de custo de capital nada mais faz do que apresentar um cenário ideal que garanta a remuneração desejada para os acionistas que foram convidados pelos governos anteriores a compartilhar desse enorme sucesso que é o negócio de vender serviços de água e esgoto; e claro para o próprio governo do estado para quem a Sabesp sempre foi uma fiel galinha de ovos dourados. Obviamente que também arranja um cenário para garantia de pagamento dos credores que já nos emprestaram dinheiro e para que novos empréstimos possam ser tomados, e sabemos da importância disso por ser tratar de indústria de uso intensivo de capital, cujo vulto supera o de sua capacidade de geração de excedente financeiro. No entanto a metodologia empregada para esse fim foi, desde o princípio, parte de um grande esforço de ajuste dos parâmetros que dão base ao preço para que o mesmo não fosse muito ou nada alterado, ou seja, sempre se tratou de uma conta de chegada para viabilizar uma prestação de serviços medíocre e a geração de excedente para remuneração de acionistas.

Ocorre que agora estamos num momento em que fica mais claro que água quando bem tratada o quanto estamos a lidar com modelos que tem a aparência de robustez mas não passam de acrobacias matemáticas de planilheiros que espremem ou alargam janelas de análise do passado para criar um futuro que o mercado almeja. Talvez no futuro os historiadores entendam esses nossos estudos econômicos como um delírio coletivo, tal qual o dos astecas frente a Cortez, capturados pelos encantos de um deus anunciado pelos profetas especialistas em análise do passado. Não é dizer que o passado não interessa e do que podemos aprender com ele, mas de afirmar que beira o terraplanismo tratá-lo como uma sequência linear de números rumo ao apogeu, descoladas de análise de conjuntura política, socioeconômica e dos contratemplos de eventos naturais. E desse aprendizado sabemos que as crises ocorrem, que elas não são as mesmas, que novas válvulas de escape podem ser inventadas e as regras do jogo também podem ser modificadas quando se alcança o limite das contradições de um sistema. Em suma, toda essa metodologia apresentada e que se pretende como única e mais moderna que qualquer outra simplesmente advoga a repetição do passado e projeta o futuro ajustando médias e medianas de séries históricas numa linearidade que sabemos não existir. A rigor trata-se

de uma profecia autorrealizável em que o único ganhador será o acionista que tem seus dividendos garantidos.

Partindo então do fato de que podemos pensar cenários de forma mais racional e simplificar a parafernália de instrumentos matemáticos pseudo-econômicos, poderíamos talvez concordar que estamos diante de uma crise política, econômica e sanitária e que caberia agora proteger a empresa e a população, e dispor de princípios de precaução. Vamos então admitir que este ano estamos diante do desmoronamento e de uma inflexão do processo civilizatório em termos de desenvolvimento econômico, geração e distribuição de renda, com empresas falindo e uma população crescente no desemprego e no desalento, o que deveria fazer com que os serviços de água e esgoto deixassem de ser uma fonte de acumulação de capital, mas sim o do direito à saúde, sobretudo por conta da relação que guarda entre a higiene como proteção contra contaminação pelo vírus dessa pandemia. É nesse sentido que temos muita dificuldade de tentar colaborar no detalhe dessa metodologia para mostrar, por exemplo, que as rentabilidades dos títulos americanos ou da S&P500 de 30 anos atrás não retornarão, pelo menos nos 4 anos da projeção que se faz! É desgastante e nos parece uma afronta colaborar com o que entendemos beirar o surreal da falta de respeito de uma discussão que nem deveria estar ocorrendo nesse momento.

Porque nesse momento deveríamos estar discutindo o cabimento de a Sabesp anunciar quase 1 bilhão de reais de distribuição de lucro enquanto famílias vendem o almoço para comprar o jantar, ao passo que sabemos de países cujos governos isentaram a população das contas dos serviços essenciais e até mesmo de aluguel. Mas no nosso caso, é com um orgulho cínico que vemos a Sabesp anunciar essa distribuição de lucros do ano passado ao lado do prejuízo do trimestre. Fica assim evidente que haja ciclones, nuvens de gafanhotos, crises de gestão hídrica, e não importa quantos milhões de contaminados e quantos milhares de mortos e desempregados inadimplentes; a Sabesp continuará a ser a maior empresa das américas e que os jornais econômicos estamparão nas manchetes que suas ações renderam mais que o S&P500. Quem sabe ainda venha novamente a desfilar sua subalternidade nos balcões de venda das almas das bolsas de valores após a abertura das porteiças para a boiada da privatização graças à aprovação do PL4162. Enfim, os senhores apresentam um cenário de um campo florido onde enxergamos somente terra arrasada.

Agregue-se a isso o fato de que a felicidade dos fundos de pensão se dá pelo corte de investimentos e de despesas e, portanto, de qualidade dos serviços prestados, de forma que sempre quem perde é a população. E que isso se dá sem grandes entraves, porque os planos de saneamento são peças de ficção elaboradas por projetistas ou pela própria Sabesp, arquivados nos armários e desconhecidos da população, que sequer precisam ser cumpridos cujos contratos podem ser repactuados sem qualquer consequência. E por fim qualquer possível desequilíbrio econômico será devidamente corrigido na recomposição do fluxo de caixa por meio de uma revisão extraordinária, de forma que em hipótese alguma o acionista perca, pois no final quem paga a conta (ou o famoso pato) é a população.

Isto posto, afirmamos que os eslaides da apresentação do presidente da Sabesp, que se assemelham a propagandas de bancos não nos comovem, tampouco a aparência de rigor dos cálculos acrobáticos das fórmulas utilizadas e os estrangeirismos agregados; muito pelo contrário, nos envergonham, nos agridem e nos humilham. A seguir apresentamos algumas poucas sugestões em respeito ao papel que nos propusemos a desempenhar, qual

seja o de representar população que por ora está preocupada em sobreviver, e como exercício de confrontação de alternativas que existem face ao vazio que a proposta da Arsesp representa no que tange aos interesses da coletividade, de forma que no mínimo tenhamos uma luz para caminhos futuros, ainda que utópicos.

1. Frente a momentos de crise tal qual estamos vivendo hoje, poderia a Arsesp estudar mecanismos para suspensão e/ou redução da distribuição de lucro (que costuma se dar mesmo na ausência de lucro) a acionistas, com objetivo de proteger os planos de investimentos, fazer face à falta de capacidade de pagamento da população e garantir os serviços de água e esgoto como direito humano?
2. Poderia a Arsesp abandonar essa metodologia e simplesmente fazer a previsão de um excedente mínimo para distribuição a acionistas, e que o mesmo possa estar sujeito a risco, de forma que não estejamos eternamente a drenar recursos da companhia a despeito dos resultados serem positivos ou negativos?
3. Poderia a Arsesp calcular o aumento do custo no preço para simular a recompra gradual das ações pela empresa, a começar por aquelas em posse de rentistas americanos, de forma a reestatizar a empresa com os recursos que poderiam deixar de transferidos ao governo do Estado?
4. Na medida em que são imensos os investimentos que ainda devem ser realizados pela empresa para que no mínimo seja cumpridora da legislação e na melhor das hipóteses seja exemplo de serviços de qualidade, e considerando a gravidade do impacto e a duração da atual crise e a redução da capacidade de pagamento da população, haveria possibilidade de a Arsesp simular aplicação da metodologia considerando a não remuneração do percentual de capital próprio que se refere às ações em posse do governo do estado? Com isso poderíamos deixar mais transparente o impacto a não transferência de recursos para o governo poderia trazer na redução do preço dos serviços e subsidiar a negociação política em prol da redução do custo de vida da população ou do reinvestimento desses recursos no setor.
5. Por que devemos remunerar acionistas nacionais com aplicação de índices de risco Brasil e em comparação com a rentabilidade de S&P500?
6. Não é esdrúxulo que a Sabesp seja comparada com um grupo de empresas americanas que são absolutamente insignificantes em termos de porte, complexidade e robustez? Não deveria haver no mínimo um deflator para corrigir esse cálculo enviesado de beta?
7. A Arsesp poderia estudar os métodos de gestão de ativos em que a decisão e previsão de renovação e reposição da infraestrutura se dê em função do desempenho e disponibilidade operacional? Esse método permitiria melhor projeção de investimentos para renovação de ativos que o atualmente empregado pela Arsesp e sobretudo poderia ser uma forma de abandonarmos o método de considerar a depreciação no cálculo do preço, pois isso implica em pagarmos duas vezes pelo investimento realizado.
8. A Arsesp poderia ter postura mais ativa na análise da alavancagem da Sabesp, sobretudo de forma a impedir o arbítrio de endividamentos em moedas estrangeiras e a possibilidade de aventuras pouco conservadoras?

9. A Arsesp poderia estar atenta a glosar despesas que sirvam para o turismo deslumbrado de representantes da empresa à Nova Iorque no intuito de comemorar aniversários da triste data em que a infraestrutura coletiva de água e esgoto da população paulista foi vendida? Poderia ainda estar atenta para que uma nova venda não seja executada com recursos da Sabesp, na medida em que isso se configura como uma propaganda enganosa na simbologia das imagens e que essa tarefa cabe ao próprio governo?

Érika Martins de Andrade  
Pelo Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS  
erikamartinsdeandrade@gmail.com  
contato@ondasbrasil.org